

# Os ecomuseus no Canadá entre a anglo e a francofonia

## 40 anos da Declaração de Quebec (1984-2024)

*Ecomuseums in Canada between anglo and francophonie: 40 years since the Quebec Declaration (1984-2024)*

Recebido em: 30/06/2024

Aprovado em: 15/01/2025

Larissa Saldanha Oliveira

Adel Igor Pausini

[Sobre os autores >>](#)

### RESUMO

O artigo reflete sobre o percurso dos movimentos por uma Nova Museologia, considerando momentos e eventos significativos que ocorreram no Canadá e que antecedem a Declaração de Quebec de 1984. Debruça-se sobre a mudança de concepção de objeto de estudo proposta por esse “novo museu”, no qual a ênfase é dada ao território, ao patrimônio e à comunidade, a fim de reconhecer a Nova Museologia como um movimento de larga abrangência teórica e metodológica. Pondera-se sobre como esse debate, inicialmente situado na Europa, reverbera e passa a dialogar com as questões e o contexto histórico social local, significando uma renovação nos espaços museais canadenses em suas vertentes francesa e anglo-saxônica. Metodologicamente, o artigo apresenta a contextualização da Nova Museologia e os ecomuseus no Canadá a partir de revisão bibliográfica, análise documental e dois estudos de caso, com o objetivo de discutir as ressonâncias das duas vertentes nos ecomuseus canadenses. Por fim, pretende contribuir para a análise no âmbito dos quarenta anos da Declaração de Quebec, demonstrando alguns dos principais pressupostos da Nova Museologia e suas implicações no século XXI.

**Palavras-chave:** Ecomuseus; Nova Museologia; Canadá; Declaração de Quebec; paradigmas.

### ABSTRACT

The article seeks to reflect on the path of the movements for a New Museology, considering significant moments and events that took place in Canada and that preceded the Quebec Declaration of 1984. We look at the change in the conception of the object of study proposed by this “new museum”, in which the emphasis is on territory, heritage and community to recognize the New Museology as a movement with a broad theoretical and methodological scope. We consider how this debate, initially located in Europe, reverberates and begins to dialog with local issues and the social historical context, signifying a renewal in Canadian museum spaces, in the French and Anglo-Saxon strands. Methodologically, the article presents a contextualization of the New Museology and ecomuseums in Canada based on a bibliographical review, documentary analysis and two case studies of museums, to discuss the resonances of the strands in the context of Canadian ecomuseums. Finally, the article intend to contribute to the analysis of the 40th anniversary of the Quebec Declaration, demonstrating some of the main assumptions of the New Museology and analyzing its implications for the 21st century.

**Keywords:** Ecomuseums; New Museology; Canada; Quebec Declaration; paradigms.



## Introdução

Séculos antes de a colonização europeia se estabelecer na América do Norte, as “First Nations”<sup>1</sup> já se encontravam no território hoje conhecido como Canadá. Desde as primeiras décadas do século XVI, houve um longo período histórico de contato entre as “First Nations” e os colonizadores europeus. Com isso, o seu modo de vida foi extremamente alterado com a chegada de comerciantes, missionários, soldados e colonos oriundo da Europa, com destaque para os franceses e ingleses.

No início dos 1600, a França estabeleceu-se em território canadense (ao longo do Rio São Lourenço), fundando a cidade de Quebec. Essa nova colônia foi chamada Nova França. Ao mesmo tempo, os ingleses também ocuparam uma outra região do território (a Baía de Hudson), explorando principalmente o comércio de peles.

Já no início do século XVIII, resultado da guerra em território europeu, a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713),<sup>2</sup> a França foi forçada a reconhecer o controle britânico da Baía de Hudson no continente americano e ceder à Grã-Bretanha algumas regiões anteriormente dominadas pelo Canadá. No entanto, as disputas entre os dois países europeus não cessaram, o que culminou em um novo conflito na Europa e na eclosão da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), quando a cidade de Quebec passou para o controle dos ingleses,<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Quanto à denominação “First Nations”, faz-se necessário esclarecer que a constituição canadense de 1982 reconhece como “povos aborígenes” (*aboriginal peoples*) três grupos: o povo Inuit, os habitantes originários do ártico canadense; os Métis, (do francês “mestiços”) que reclamam para si uma ancestralidade mista entre os povos indígenas e os colonizadores europeus; e os povos indígenas ou as “First Nations”, análogas aos povos indígenas brasileiros. Estes últimos, por sua vez, compreendem indivíduos com ou sem “*status*” indígena, respectivamente aqueles que pertencem ou não a povos indígenas oficialmente reconhecidos pelo estado canadense. Ver mais em Soares (2022, p. 1-4).

<sup>2</sup> Trata-se de um conflito envolvendo diversas monarquias europeias e teve como causa principal a disputa pelo trono da Espanha após a morte de Carlos II (da dinastia dos Habsburgos). Foi um importante marco na história da Europa, pois redefiniu as fronteiras e as relações de poder entre as potências no continente.

<sup>3</sup> Tal acontecimento demonstra o quanto esse território estava subjugado aos interesses externos, predominantemente dos europeus, que agiam conforme suas próprias intenções.

Finalmente, em 1763, os franceses se viram obrigados a entregar todos os seus territórios até então estabelecidos no Canadá para a Grã-Bretanha, conforme o Tratado de Paris.<sup>4</sup> Depois de enfrentar problemas para lidar com os franco-canadenses, os britânicos promulgaram o Ato de Quebec em 1774, concedendo alguns direitos como a prática da religião católica e a autorização de manter o direito civil francês ao lado do direito penal britânico; ou seja, estabeleceram procedimentos de governança nessa província.

Em 1791, o parlamento britânico em Londres dividiu as áreas conquistadas no Canadá em duas partes, a partir do Rio São Lourenço: o Alto Canadá e o Baixo Canadá. Em 1841, foram abolidas as legislaturas de ambas as partes e estabeleceu-se uma nova entidade política, a Província do Canadá. Apesar desses avanços, os habitantes estavam insatisfeitos com o governo e promoveram, inclusive, algumas rebeliões contra o poder local.

A essa altura, os domínios da Grã-Bretanha em território canadense consistiam no que conhecemos hoje por Nova Escócia, New Brunswick, Quebec e Ontário, quando essas províncias se uniram federativamente em um único domínio sob a coroa do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Compreende-se que essa grande coalisão formada por províncias antagonistas buscava a federação e a reforma política que resultou na Lei da América do Norte Britânica, bem como no estabelecimento do Canadá como nação em 1867. Após isso, outras províncias também se juntaram no que ficou conhecido como a Confederação do Canadá (Morton, 2006).

Neste sentido, a fronteira com os Estados Unidos da América e o seu exemplo federativo, associado às múltiplas tensões do século XIX acerca das ideias de nação, nacionalismo e império – bem como as disputas e fricções pelo poder a partir da dicotomia centralização e descentralização, ou seja, maior ou menor autonomia para grupos de tradição francesa e britânica –, foram elementos fundamentais para propiciar a implementação do federalismo do Canadá enquanto sistema político-administrativo, em consonância com os

---

<sup>4</sup> Este tratado gerou grandes trocas de territórios coloniais entre as potências europeias, especialmente nas Américas, como no caso em análise.

anseios e necessidades políticas, econômicas e culturais dos grupos dominantes.

Entretanto, desde a década de 1920, sucessivos governos canadenses ainda tentavam chegar a um acordo sobre uma forma de “patriar”, ou seja, alterar a constituição do país redigida em 1867 a partir da Lei Britânica da América do Norte, instrumento legal que reconheceu a independência do Canadá, à exceção da figura do chefe de Estado,<sup>5</sup> centralizada no Reino Unido, assim como a realização de negociações e tratados internacionais. Desse modo, o território possuía autonomia administrativa interna e local, mas não externa, mantendo, assim, o seu vínculo com o Reino Unido,<sup>6</sup> posicionamento que não fora endossado pela província do Quebec.

Somente em 1931 o Estatuto de Westminster foi aprovado pelo parlamento britânico, com a descrição de alguns “domínios”, entre eles o Canadá, não mais como territórios dependentes, mas como países independentes, passando a possuir, segundo este documento, o estatuto de nação independente, assim como o Reino Unido. Porém, “unidos em associação livre (como) membros da Comunidade Britânica de Nações”,<sup>7</sup> mantendo-se na figura real a representação do chefe de Estado. Foi apenas em 1982 que o Canadá “patriou” a sua constituição, ou seja, transferiu a lei mais elevada do país para a legislatura federal e provincial do Canadá, renomeando-a como Lei Constitucional de 1867, atualmente parte da constituição canadense.

<sup>5</sup> Saliente-se que o Canadá é uma monarquia constitucional. O atual monarca canadense é o Rei Charles III, da Inglaterra. Abaixo dele está a atual governadora geral do Canadá, Sra. Mary Simon, que desempenha um papel importante na manutenção do relacionamento com a família real. Depois, constam os vice-governadores de cada uma das províncias canadenses. Por fim, o atual primeiro-ministro Justin Trudeau (desde 2008), que coordena a atividade do governo a nível nacional e designa seus membros (Canadá, 2025).

<sup>6</sup> As medidas de contenção empreendidas pelo governo britânico podem ser lidas pelo viés da modernização conservadora, onde foi concedido poder e autonomia administrativa local, mas não naquilo que interessava de modo primaz os interesses britânicos – nesse caso, o contexto internacional e a chefia do Estado, ou seja, ambos vinculados ao governo de Londres, seja pelo poder exercido pelo primeiro-ministro (chefe de governo), seja pelo poder real (chefe de Estado).

<sup>7</sup> Tal medida compreende a atualização da modernização conservadora com os novos discursos em voga no contexto internacional do cenário entre guerras. A Commonwealth é uma associação voluntária de 56 países independentes e iguais, cujas raízes remontam ao Império Britânico. Seus atuais governos concordam em objetivos comuns como o desenvolvimento, a democracia e a paz (Commonwealth Secretariat, c. 2025).

Naquela mesma década também ocorreu o Referendo do Quebec para negociar um novo acordo constitucional com o resto do Canadá, baseado na igualdade das nações. O referendo permitiria ao Quebec adquirir o poder exclusivo de fazer as suas leis, cobrar os seus impostos e estabelecer relações com o estrangeiro – ou seja, alçar a soberania interna e externa para manter, no entanto, uma associação econômica com o Canadá, possuindo em comum a mesma moeda.

O projeto pró-separatista defendido pelo partido Parti Québécois foi rejeitado pela população por meio de uma votação apertada. Porém, a iniciativa deixou significativas marcas na cena política canadense com a realização de diversos acordos e negociações posteriormente entre o governo federal e o governo de Quebec, tal como o Acordo de Meech Lake, proposto em junho de 1987, que reconheceria Quebec como uma “sociedade distinta”,<sup>8</sup> incluindo também outras mudanças constitucionais que, entretanto, não foram adotadas.

Esta breve contextualização do cenário histórico, político e institucional do Canadá é relevante para compreender a realidade canadense e as dificuldades institucionais na construção da sua identidade nacional, tornada uma unidade política independente apenas em 1982. Manteve-se, no entanto, o vínculo com o Reino Unido e a Commonwealth por meio da figura do chefe de Estado, externo à territorialidade da nação, com o seu modelo parlamentar inspirado na tradição de Westminster. Portanto, mais uma vez, um modelo externo à nação, o do colonizador.

Desse modo, embora geograficamente o país esteja localizado na América do Norte, cujas fronteiras foram modificadas ao longo de sua história, o desenho institucional e legal da nação mantém-se proximamente ligado ao modelo de tradição britânica, externo ao canadense e ainda mais distante dos territórios de tradição francesa, duplamente subjugados. No cenário atual, o país encontra-se dividido em três territórios (Noroeste, Nunavut e Yukon) e dez províncias (Alberta, Colúmbia Britânica, Manitoba, New Brunswick, Terra Nova e

---

<sup>8</sup> Significa dizer que ressalta a importância do Quebec e da francofonia no resto do país, bem como a minoria anglofônica no Quebec.

Labrador, Nova Escócia, Ontário, Ilha do Príncipe Eduardo, Quebec e Saskatchewan), divisões administrativas subnacionais sob a jurisdição da constituição canadense. Neste artigo, vamos nos deter nas duas últimas - uma francófona e outra anglófona.

Aqui estabelece-se a diferença entre província e território. Uma província é considerada uma divisão soberana porque possui o seu próprio governo. Já o território não é soberano, uma vez que simplesmente faz parte da federação e possui um comissário, o qual lhe representa no governo federal. Assim, os territórios possuem um grau de autonomia menor do que o das províncias, visto que as decisões políticas relativas a eles vêm do parlamento canadense. A Figura 1 apresenta os territórios e as províncias, destacando as que serão trabalhadas neste artigo.



Figura 1. Mapa dos territórios e das províncias do Canadá, e suas respectivas capitais. Fonte: Canadá, c2025.

A constituição canadense estabelece os poderes exclusivos do governo federal, detém um poder geral e jurisdição primordial, particularmente em assuntos de dimensão nacional. Contudo, tam-

bém enfatiza os poderes específicos das províncias, as quais têm poderes em várias áreas, como saúde, instituições municipais, propriedade e meio ambiente. Ou seja, é um estado amplamente descentralizado em termos de distribuição de poderes entre o governo federal, as províncias e os territórios. Nota-se que, apesar de várias seções desse documento consagrarem o caráter bicultural da nação, a predominância inglesa sobre a francesa se fez valer desde o princípio da criação desse país. Entretanto, a constituição canadense utiliza o termo multiculturalismo para se autocaracterizar.

Como em muitas outras áreas, as políticas culturais do Canadá estão sob jurisdições concorrentes e são frequentemente uma fonte de conflito, particularmente entre o governo federal e o governo de Quebec, este há quase um século comprometido com a promoção da cultura quebequense, conferindo, portanto, centralidade à língua francesa. Com efeito, as políticas culturais são profundamente divididas regionalmente, bem como divisões linguísticas e culturais (Saint-Pierre; Gattinger, 2011).

Características históricas, geopolíticas e linguísticas influenciaram grande parte da distinção e da complexidade das abordagens canadenses e quebequenses em relação à cultura. Uma inspirada nas práticas do mundo anglo-saxão, mas que também adapta e desenvolve suas próprias políticas culturais, notavelmente a partir do multiculturalismo. A outra, representada pelo Quebec, que desde muito cedo se distanciou da ação federal e das demais províncias canadenses, dada sua característica étnico-linguística, exigindo regularmente jurisdição total nessa área. Isto produz alguma disputa ou rivalidade que se refletem em várias medidas adotadas pelos dois níveis de governo (Saint-Pierre; Gattinger, 2011).

Dito isso, pontua-se que o Quebec é a maior província do Canadá por extensão territorial (cuja capital é Montreal) e a segunda mais populosa, depois de Ontário. O seu território representa mais de 15% da superfície do país, com mais de 1,5 milhões de km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 8,5 milhões de habitantes, de acordo com o Instituto de Estatísticas de Quebec (ISQ, sigla em francês) (Québec, c2024). Essa grande província que fala francês é uma espécie de ilha fluviomarina, cercada por territórios canadenses e norte-

-americanos que falam inglês. Porém, é equivalente a três vezes o tamanho da França – nação que invadiu e colonizou esse território.

Por sua vez, a província anglófona, Saskatchewan, originalmente pertencia aos Territórios do Noroeste (NWT), assim como Alberta, quando foram separadas em 1905 e juntaram-se à confederação. Ou seja, essa província existe formalmente a pouco mais de um século e tem como capital Regina. Apesar do rigoroso inverno, o desenvolvimento agrícola nessa área é expressivo, tal como o da extração de minérios.

Durante a expansão para o oeste do país, o governo canadense começou a negociar tratados com as “First Nations” para estabelecer reservas, a fim de evitar conflitos – subjugando as populações indígenas que estiveram alheias à reorganização do domínio do espaço territorial realizado durante as discussões da independência do Canadá e de estabelecimento do pacto federativo.

Nesse cenário, considera-se o conflito com os povos originários como algo relevante. A política de reservas era uma ação de redução de danos locais, portanto, destinado ao governo canadense. Os tratados sobre o espaço territorial com os povos originários são nomeados a partir de números, o Tratado 1 é o de 1871 e o último é o Tratado 11 – partes desses tratados compreendiam o território da província de Saskatchewan.

Apesar de ter registrado a presença de colonizadores franceses saídos do Quebec com o intuito de explorar uma rota no país até o Oceano Pacífico – além de outros, como alemães e ucranianos –, a língua oficial da província é o inglês, devido às condições impostas e às quais Saskatchewan aderiu quando da adesão à confederação, em 1905. Alguns políticos à época tinham uma postura assumidamente antifrancesa e, assim, encerrou-se a possibilidade do bilinguismo no oeste do Canadá.

Embora Saskatchewan não tenha cidades comparáveis em tamanho às grandes metrópoles do Canadá, considera-se importante esse recorte para o estudo de caso, por tratar-se de uma província onde surgiram diversas instituições museológicas, incluindo ecomuseus – mesmo que após o Quebec.

Do exposto, neste artigo questiona-se de qual forma esse novo paradigma disruptivo no campo da museologia alcançou efetivamente as distintas populações que habitam o que compreendemos por Canadá, contrapondo as vertentes francófona e anglófona mediante os dois estudos de caso que seguem. Assim, o histórico da porção de tradição francesa do Canadá poderia justificar o estabelecimento dos primeiros ecomuseus no país a partir do Quebec? Além disso, a boa recepção da Nova Museologia em terras quebequenses com eventos que marcaram o desenvolvimento dessa corrente museológica foi mediada pela França? Essa teoria museológica continua a delinear a formação de novas instituições no Canadá? Considera-se importante, portanto, conhecer e discutir a trajetória do consumo cultural de uma nação, uma vez que isso permite identificar variações em determinados domínios, perceber tendências e definir estratégias e alternativas (como, por exemplo, políticas públicas e ações para o fortalecimento e a consolidação da rede museal canadense).

## Políticas culturais no Canadá

As políticas públicas para a cultura no Canadá (no âmbito federal), tal como as conhecemos hoje, são relativamente recentes. As primeiras iniciativas públicas foram modestas na segunda metade do século XIX. Observa-se que, antes da década de 1920, a maioria das medidas se limitava às instituições de patrimônio, às artes e às comunicações – a criação dos Arquivos Públicos (1873), do Historic Sites and Monuments Board of Canada (1919) e da Galeria Nacional do Canadá (1880), e a adoção de regulamentações no setor de comunicações (1905) – e a maioria dessas iniciativas tinha como objetivo aumentar o patrimônio artístico por razões de prestígio e filantropia (Saint-Pierre; Gattinger, 2011).

No início do século XIX, o lado quebequense buscou a preservação do seu patrimônio vinculado a uma tradição franco-canadense. Nesse sentido, destaca-se a criação dos Archives de la Province de Québec, em 1920, e da Commission des historiques du Québec, em 1922, bem como a abertura da Écoles des Beaux-Arts de Montréal no mesmo ano. Nas décadas seguintes, foram adotadas várias leis de

cinema (1938) e houve inauguração do Conservatoire de Musique de Québec, em 1944.

Após a Segunda Guerra Mundial, por meio de uma comissão real para o desenvolvimento das artes, da literatura e da cultura no Canadá, estabelecida por grupos tanto francófonos quanto anglófonos, identifica-se um esboço de uma política cultural canadense mais ampla, com recomendações que propunham, entre outras coisas, o estabelecimento de um programa de assistência às universidades (1952), assim como a criação de uma biblioteca nacional e de um conselho de artes, estabelecidos em 1953 e 1957, respectivamente.

Assim, desde essa época, os esforços centralizadores do governo federal são parte de uma estratégia geral que visa promover a construção da nação de costa a costa. Contudo, observa-se que a língua inglesa é fortemente protegida em virtude dos movimentos realizados pelo governo federal, demonstrando uma hierarquia em relação à língua francesa. De qualquer modo, mesmo que apenas formalmente, o Canadá assegura em sua legislação a coexistência das duas culturas.

Porém, ao estudar as políticas públicas para a cultura do Canadá, deve-se considerar a complexidade da repartição geográfica, linguística, administrativa e multicultural de sua população. Nesse país de proporções continentais, há modelos diversos de aplicações de políticas públicas para a cultura, que variam de acordo com as províncias e suas orientações (Graebin, 2011).

Durante a década de 1960, o nacionalismo quebequense estava cada vez mais na vanguarda da política, no sentido de promover, afirmar e proteger o orgulho e a unidade canadenses do Quebec. Diante disso, essa foi uma época marcada pelo aumento considerável das intervenções do governo federal.

Nesse contexto, em 1962, o governo do Canadá criou, entre outras comissões, a Royal Commission on Bilingualism and Biculturalism,<sup>9</sup> cujo objetivo era “salvar a Confederação” na busca de um novo equilíbrio entre o bilinguismo e o biculturalismo no país. A comissão teve um impacto considerável nas futuras políticas do

<sup>9</sup> Também conhecida como Comissão Laurendeau-Dunton, 1962.

governo, especialmente com relação à Official Languages Act (Lei de Línguas Oficiais), em 1969, e à política de multiculturalismo em um ambiente bilíngue, em 1971. Em contraste com o multiculturalismo, o Quebec se distingue por propor sua política de interculturalismo com base na continuidade histórica e no respeito às instituições como forma de fortalecer sua hegemonia identitária francófona por meio da cultura (Saint-Pierre; Gattinger, 2011).

Na década de 1970, o governo federal aumentou seu controle sobre as artes. Nesse sentido, mais especificamente no caso dos museus, a partir de 1974, o Ministério da Cultura do Canadá passou a intervir de maneira mais sistemática ao criar um programa de apoio financeiro aos museus e aos centros de exposição. Além disso, em 1983, criou-se a Lei dos Museus Nacionais, que reconhecia três museus de Estado, o Museu de Belas Artes do Quebec (Quebec), o Museu de Arte Contemporânea (Montreal) e o Museu da Civilização (Ottawa/Gatineau), bem como as bases da rede de museus e centros de exposição apoiados pelo Estado. Porém, faz-se necessário ponderar o quanto da cultura britânica foi priorizada em detrimento da francesa.

Pelo lado quebequense, na década de 1960, em parceria com o governo francês, o Quebec criou relevantes instituições responsáveis pela preservação e disseminação da cultura franco-canadense, como a Place des Arts em Montréal, a Bibliothèque Nationale, o Grand Théâtre e o Musée d'Art Contemporain de Montréal. A partir desses gestos internacionais, também assinaram acordos franco-quebequenses sobre educação e cultura, em 1965, em uma decisão sem precedentes no Canadá. Dessa maneira, a década de 1960 tornou-se notável pela criação de organizações de todos os tipos, muitas vezes com objetivos nacionalistas, a saber: o Office Québécois de la Langue Française, em 1961 (Québec, c2025); o Service du Canada français d'outre-frontières, em 1963 (Université de Saint-Boniface, [1961]); e, finalmente, a Radio-Québec, em 1968.

Na década seguinte, a província desenvolveu uma abordagem que a colocava como responsável pelo desenvolvimento cultural e a protetora da cultura canadense que, nesse meio tempo, havia se tornado a “cultura de Quebec”, com várias iniciativas para combater o governo federal na área da cultura, como a adoção da “Carta da Língua Francesa”, em 1977 (Québec, 2024).

Durante a década de 1980 e o início da década de 1990, ocorreu um forte debate constitucional no Canadá que isolou cada vez mais o Quebec. Diante de um contexto econômico difícil, tanto o governo federal quanto o provincial optaram por cortar os gastos públicos com políticas de privatização e a criação de agências públicas autônomas. Desta forma, várias iniciativas federais foram destinadas a repensar as estratégias culturais como um todo, com a transferência de responsabilidades por meio da criação de vários comitês e comissões de estudo. Nesse período, o Quebec também foi forçado a repensar suas estratégias culturais.

Como consequência, na década de 1990 e no início dos anos 2000, criaram-se vários fundos de desenvolvimento para os setores culturais no Canadá, com vistas a enfrentar os desafios da diversidade cultural e da inovação tecnológica, ao mesmo tempo que tentava atender a novas demandas. No caso de Quebec, nessa mesma época, ocorreu uma lenta recuperação econômica com algumas repercussões na cultura. No início dos anos 2000, diante de um governo federal que defendeu fortemente<sup>10</sup> uma política cultural semelhante para todo o Canadá, o Quebec buscou inspiração em seu importante aliado, a França – uma vez que as características específicas do sistema do Quebec estavam mais sujeitas às influências anglo-saxônicas (Saint-Pierre; Gattinger, 2011).

Ainda assim, recorda-se que os governos federal e do Quebec colaboraram estreitamente no desenvolvimento de uma nova convenção da Organização das Nações Unidas (Unesco), a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, também conhecida como Convenção para a Diversidade Cultural, em 2005, em Paris. A convenção reconhece os direitos das partes de tomar medidas para proteger e promover a diversidade de expressões culturais e, assim, ambos governos trabalharam juntos para promover esse instrumento (Harvey, 2011).

<sup>10</sup> Principalmente com a chegada do Partido Liberal ao poder em 2008.

## Os museus canadenses e a Nova Museologia

Ao consultar a Canadian Museums Association (CMA), que desde 1947 representa a comunidade museológica do Canadá majoritariamente inglesa, encontram-se associadas organizações provinciais representativas do lado francês e do lado inglês do país. A Sociedade de Museus de Quebec (SQM, sigla em francês), fundada em 1958, representa cerca de 300 instituições museológicas (museus, centros de exposições e locais de interpretação) espalhadas pela província quebequense. Já a Associação de Museus de Saskatchewan (MAS, sigla em inglês), fundada em 1968, conta com mais de 250 museus membros na província de Saskatchewan. Neste artigo, serão contrapostas experiências distintas desses dois lados.

No Canadá, ao longo do tempo, se construiu um ambiente de aproximação de determinados segmentos da sociedade, na qual várias instituições, dentre elas os museus, buscam integrar-se ao cotidiano das pessoas, ao sistema educacional, às formas de lazer e ao universo econômico (Graebin, 2015). Com o surgimento da Nova Museologia, não por acaso, o conceito de ecomuseu foi difundido inicialmente no Quebec (lado francês) e mais tardiamente em outras províncias canadenses, como Saskatchewan (lado inglês).

É preciso considerar que essas novas expressões de museus, que rompiam com o modelo clássico importado pelo sistema colonial, começaram a ganhar ênfase nos anos 1960 e interrogam a “museologia normativa” ao romper com a lógica do olhar hierarquizante do outro sobre o patrimônio ali apresentado (Brulon, 2014).

Inicialmente, no eixo norte do globo, as experiências de ecomuseus ocorreram na França, no Canadá, em Portugal e na Itália. Nesse sentido, partindo de autores mais contemporâneos, compreende-se que

(...) aquilo que levou o ecomuseu a se espalhar pelo mundo no final do século XX e ainda no presente não foi o seu entendimento como um modelo, mas sim a aplicação em diferentes contextos sociais de uma nova concepção do processo de valoração do patrimônio (Brulon, 2015).

Para averiguar o caso do Canadá, será analisado o Écomusée du fier monde, em Montreal, no Quebec, e o projeto denominado “Iniciativa de Ecomuseus de Saskatchewan” (SEI), promovido pelo Royal Saskatchewan Museum (MRS), na província de Saskatchewan desde 2011, do qual faz parte um ecomuseu incorporado ao Prairie Wind & Silver Sage – Friends of Grasslands (PWSS). Importa compreender como o conjunto de inovações museológicas proposto pela Nova Museologia e pelos os ecomuseus repercutiram no Canadá.

Assim, para averiguar como o ano de 1984 tornou-se um marco referencial pelo que significou de ultrapassagem de um projeto de tradição francesa, mas em território canadense, recorre-se à leitura dos documentos fundantes da Nova Museologia para o melhor entendimento dessa nova designação e posterior apreciação de dois estudos de caso, o que denota uma abordagem qualitativa da investigação.

Os contributos do professor Pierre Mayrand para a formação de uma museologia social são referência para todos os que por diversas razões também acreditam que a museologia está em mudança da mesma forma que o mundo em que vivemos. Segundo o professor, as museologias sociais compõem o leque das novas museologias, as quais, genericamente, referem-se à renovação museológica comprometida com a ação, ou melhor, ao campo da ação museológica engajada na comunidade. Desse modo, a museologia social reúne diferentes formas de atuação museal ao priorizar as relações humanas e a resolução de problemas identificados pelo grupo. Nesse sentido, o ecomuseu não pode ser considerado como uma categoria museológica, mas, antes, como uma filosofia de ação museal combinada, intimamente ligada ao processo de desenvolvimento. Ou seja, um ecomuseu oferece diferentes opções, todas distintas, dependendo dos contextos e das intenções que foram originalmente expressas (Mayrand, 2004).

Ao longo de quarenta anos, os ecomuseus evidenciaram uma renovação expressa por meio da evolução<sup>11</sup> dos modelos participativos, a partir de uma cooperação interdisciplinar e transnacional.

<sup>11</sup> Neste caso, compreende-se como processos de transformação dos modelos participativos, os quais tomam o anterior como base de continuação ou ruptura para a elaboração de novos modelos.

Eles são criados para partilhar o sentido de um lugar distinto com outros, destacando sua comunidade e questões locais, as pessoas e seu patrimônio cultural e natural (Kett, 2016).

De acordo com a Canadian Museums Association (CMA), embora tenham uma definição praticamente unificada, os ecomuseus assumem muitas formas e tamanhos diferentes, como veremos nos estudos de caso demonstrados neste artigo. Alguns abrangem regiões inteiras, enquanto outros ainda assumem a forma de um museu mais normativo. Quanto ao financiamento para estes tipos de museus, há os que são inteiramente financiados pelo governo, os que são operados e financiados pela comunidade, enquanto alguns recebem recursos públicos e privados combinados. É nessa lacuna sobre os ecomuseus no Canadá que se insere esta análise, ao comparar as diferentes vertentes assumidas pelo lado francês e pelo lado anglo-saxônico.

O paradigma da Nova Museologia ganhou nas últimas décadas um progressivo espaço no debate museal, consubstanciado por documentos provenientes da IX Conferência Geral de Museus do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 1971, na França, que dedicou-se à discussão das funções do museu a serviço do ser humano; da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, organizada pela Unesco para debater o “Papel do Museu na América Latina”; e do I Atelier Internacional Ecomuseus - Nova Museologia, em 1984, no Canadá, do qual se originou a Declaração de Quebec, com seus Princípios de Base de uma Nova Museologia (Moutinho, 1999). Esses documentos fundamentais, que influenciaram a prática e traduzem um pensar museológico, bem como reelaboram noções no campo dos museus, são resultado de uma reflexão conjunta para discutir avanços conceituais na área (Primo, 1999).

O Movimento da Nova Museologia legitimou e conceituou novas abordagens na ação museológica, com ênfase na interdisciplinaridade. Destaca-se o papel central do continente americano, que, marcado pela colonização europeia, tornou-se um espaço privilegiado para a elaboração e produção desses avanços. Talvez por essa razão, a busca por romper com o modelo normativo tenha encontrado uma ressonância particularmente forte nesse contexto, onde a discussão sobre decolonialidade, entre outras questões, ganha relevância.

Dessa forma, recomenda-se aprofundar a relação dos museus com a comunidade, com propostas museológicas que reflitam os interesses coletivos, no intuito de buscar transformá-la. Assim, a análise dos documentos citados permite perceber como estavam atualizados e como os profissionais que os formularam estavam em consonância com as diretivas internacionais sobre o patrimônio (Primo, 2007).

## **O caso francês do Ecomusée du fier monde, em Montreal (Quebec)**

O Quebec é a única província majoritariamente francófona na América do Norte, imersa em um país majoritariamente anglófono. Para os quebequenses, a língua francesa continua a ser o principal signo de sua identidade. Por isso, eles buscaram medidas para protegê-la, como a outros traços importantes que definem esse grupo social.

O percurso histórico vivido pelos herdeiros da cultura francesa na América também é marcadamente influenciado pela religião católica, uma das principais bases fundadoras da identidade franco-canadense e, dessa forma, permanece como um referencial identitário para os quebequenses.

Tanto as questões relacionadas à afirmação da identidade quebequense quanto à diversidade cultural, de primazia europeia existente nesse território, dialogam em suas políticas culturais, percebidas como fator de promoção e de desenvolvimento. Nessa província, a maior parte dos museus está localizada em Montreal e na cidade de Quebec devido a fatores históricos, políticos e econômicos – os quais agem a favor da concentração de museus nessas duas cidades, para além de receberem mais turistas e de contarem com um número populacional mais elevado do que a maioria das cidades de Quebec (Saint-Pierre; Gattinger, 2011).

Nesse contexto de afirmação identitária calcada em uma dada cultura e de negação de pertença ao Canadá majoritariamente anglófono, ao se afirmar como uma “nação distinta” e frisar seus laços político-culturais com a França, buscou-se redefinir as bases

culturais sobre as quais a identidade da maioria francófona estava sustentada (Santos, 2009).

O projeto originário do *Écomusée du fier monde* teve como consultor Pierre Mayrand,<sup>12</sup> que atuava na Universidade do Quebec. Mayrand já fizera parte da equipe que fundou, em 1978, o ecomuseu de Haute-Beauce (Quebec). Além disso, membros da *Habitations Communautaires Centre-Sud (HCCS)*, uma das organizações comunitárias<sup>13</sup> que tinham por intuito revitalizar o bairro *Le quartier Centre-Sud* de Montreal, foram para a França visitar outros ecomuseus e instituições voltadas para o patrimônio cultural (Graebin, 2011). Inclusive, o grupo foi responsável por propor o aproveitamento de um imóvel industrial sem uso para abrigar um museu comunitário – originalmente denominado “*Maison du fier monde*”. Para estes, a instituição daria outra imagem ao bairro, transformando-o em uma nova zona cultural (Binette, 2008, p. 190-193). Dessa forma, se envolveram no projeto e colaboraram com a comissão de criação.

Posteriormente denominado como *Écomusée du fier monde*,<sup>14</sup> o espaço localiza-se em Montreal, na província de Quebec, a única francófona em território canadense.<sup>15</sup> Trata-se de um dos ecomuseus mais antigos do Canadá, fundado no início da década de 1980, e pode ser definido como um museu destinado a temáticas de interesse da classe trabalhadora e da história industrial local, bem como um museu do cidadão (Kett, 2016). O museu explora as atividades industriais de Montreal (na região Centro-Sul),<sup>16</sup> incluindo a história do trabalho e das questões sociais, principalmente no

<sup>12</sup> A partir de 2006, em Portugal, ajudou a criar o Museu do Mar e da Terra da Carrapateira, no município de Aljezur, na região do Algarve. Também foi professor na Universidade Lusófona (Lisboa), no Departamento de Museologia.

<sup>13</sup> Em meio à crise social e econômica que atingiu o bairro após Segunda Guerra Mundial, movimentos comunitários e grupos de moradores buscaram acessar e recuperar as suas memórias após o fechamento de indústrias e elevado nível de desemprego no antigo bairro operário.

<sup>14</sup> Seu significado evoca o orgulho de toda uma comunidade.

<sup>15</sup> Desde o início, foram estabelecidos contatos com o ecomuseu Val de Bièvre, nos subúrbios de Paris. Os dois ecomuseus tem dimensões semelhantes, apresentam abordagens participativas e estão localizados em território urbano. Desenvolveram laços estreitos, reuniram suas direções e equipes várias vezes em Montreal ou na França.

<sup>16</sup> Historicamente, o antigo subúrbio de Quebec tem várias divisões e nomes distintos. É nesse território que se originou o ecomuseu em estudo.

período da Revolução Industrial durante a segunda parte do século XIX, e os testemunhos dos impactos da indústria no trabalho e nas condições de vida das famílias trabalhadoras. Em outras palavras, trata-se de uma etnografia da realidade da comunidade urbana e suas consequências para a cidade.

Após 1850, a cidade de Montreal consolidou a sua posição de metrópole no Canadá, tornando-se o centro comercial e financeiro do país. A cidade possuía uma crescente rede de transportes, com as principais companhias ferroviárias e um dos mais modernos portos para exportação na América do Norte. Sua posição geográfica privilegiada criava o contexto propício para o desenvolvimento de uma infraestrutura industrial na cidade. As manufaturas se multiplicaram e proporcionaram muitos empregos para uma crescente população urbana, fazendo a fortuna de uma burguesia ascendente. Por outro lado, por ser abundante, a mão de obra era barata e recebia míseros salários em troca de longas jornadas de trabalho. É justamente esse trabalhador o foco daquele museu, em sua renovada exposição permanente (em 2023), intitulada *À coeur de jour! Grands et misères d'un quartier populaire* [Ao longo do dia! Grandezas e misérias de um bairro popular].

Ou seja, através desse bairro que seria uma potência industrial no século XX, é possível compreender a história econômica canadense com as suas sucessivas fases de industrialização e desindustrialização, moldando as conformações da metrópole. Com o passar dos anos, vários lugares desapareceram ou mudaram de finalidade, modificando a paisagem. Do mesmo modo, organizações foram criadas para atuar nas comunidades, na tentativa de melhorar as condições de vida dos cidadãos – por exemplo, edifícios comunitários que tornam possível a vida no bairro, como igrejas, escolas e sindicatos (Binette, 2008, p. 190-193).

É possível afirmar que a história local é escrutinada neste ecomuseu, à luz dos acontecimentos atuais de significado social. Após anos de experimentação social e procura de uma localização fixa, o museu se fechou numa fórmula consagrada pelo tempo, fortemente entrelaçada na dinâmica da rede de museus históricos e industriais de Montreal (Mayrand, 2004).

O percurso expositivo proposto traça inicialmente a história das famílias trabalhadoras na dura realidade fabril no início do século XX; o seu cotidiano; as condições de vida e higiene insalubres. Frisa-se a emergência gradativa de uma cultura urbana que traz atividades de lazer para a população do bairro, aumentando os espaços de sociabilidade (além da igreja). O *écomusée* também demonstra como o processo de desindustrialização e o declínio dos antigos bairros de Montreal afetou fortemente a região Centro-Sul nas décadas de 1950 e 1960. Na segunda parte da exposição, tem-se um bairro que se reinventa com as transformações no mundo do emprego, como as manifestações sindicais que são mobilizadas para melhorar suas condições de vida. Também ocorreram grandes projetos de requalificação urbana ligados à modernização do centro da cidade.

Contudo, como nas mais dinâmicas tipologias (normativas) dos museus, esse ecomuseu também assegura entre outras coisas a conservação, a investigação, a exposição, a educação e a divulgação. A ilusão de que o ecomuseu não apresentaria algumas das funções tradicionais de outros museus é um mito diante da intenção de ser um instrumento privilegiado de desenvolvimento comunitário (Brulon, 2014). Além disso, para alguns autores, a estrutura rígida do edifício assemelha-se também a um museu normativo mais do que a maioria dos ecomuseus. Porém, adverte-se que na tentativa de alinhar o espaço do ecomuseu ao da comunidade urbana, a ideia do museu se estende ao território (Brulon, 2015).

O ecomuseu é antes de tudo uma comunidade e um objetivo: o desenvolvimento desta comunidade. Ao demonstrar sua vontade de renovar o museu e redefinir a relação do seu público com este termo, busca-se reforçar a ligação entre a instituição museológica, o seu meio social e o seu ambiente. Essa instituição “(...) desenvolve uma prática museológica dedicada à educação popular e desenvolve projetos participativos em estreita colaboração com a população, instituições e organizações do bairro” (Varine, 1978).

Reitera-se que esta instituição defende uma visão do museu enquanto órgão participativo, baseando-se em estratégias de educação comunitária e como uma ferramenta para o desenvolvimento local. Confirma-se também que esse museu foi fundado na época

em que o movimento da Nova Museologia alcançava diferentes locais do mundo. Com isso, os promotores do projeto *Écomusée du fier monde* aderiram ao conceito de *comunidade* e desenvolveram o conceito de *coleção ecomuseu*, por volta de 2011, com respeito ao patrimônio cultural da comunidade (Binette, 2017), refletindo o território em que um ecomuseu está localizado. Por isso, suas coleções estão divididas em dois grandes grupos: o acervo museológico e o acervo ecomuseal.<sup>17</sup>

Em outras palavras, o ecomuseu é constituído por diversos elementos que marcam o território e são designados pela população local como componentes importantes da sua história e patrimônio. Assim, seu acervo museológico é composto por arquivos fotográficos, documentos diversos, ferramentas de mobilização, objetos da indústria ou do cotidiano do ambiente de trabalho, além de eventos, personagens e expressões populares que representam o território. Nesse sentido, embora possa haver alguns descontentamentos e atritos, o museu reitera sua natureza participativa, inclusive identificando vários níveis de participação cidadã.

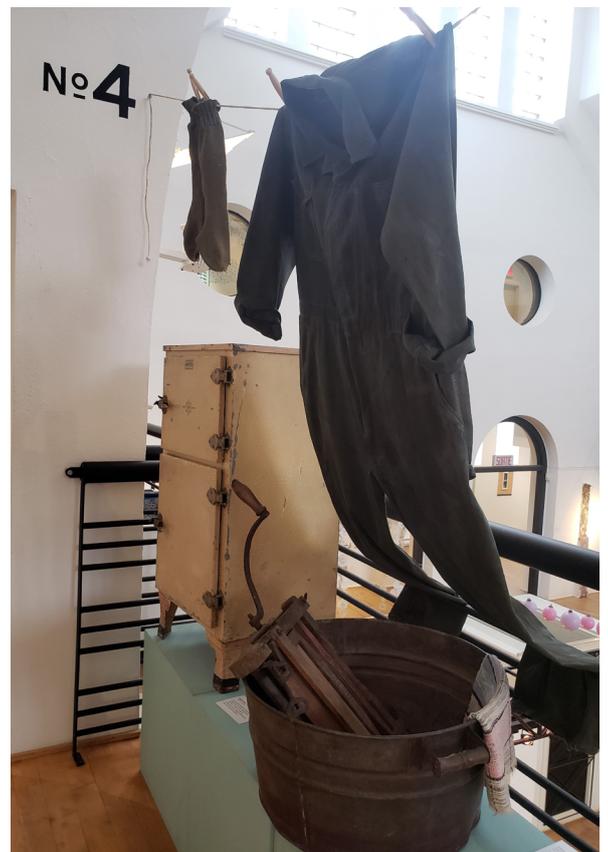
Na construção dessa concepção teórica do *écomusée*, destacam-se as influências de figuras como Pierre Mayrand, especialista em museologia, associado ao *Écomusée fier du monde* de 1980 a 1990; Hugues de Varine, um colaborador também de longa data; e René Rivard, pioneiro da ecomuseologia em Quebec e membro do conselho de administração entre 2005 e 2020.

---

<sup>17</sup> Mais do que uma aquisição, o que lhe diferencia é um processo de designação que permite que um item entre nesta coleção, feita pela comissão de coleções do ecomuseu, e envolve um ou mais parceiros da comunidade. Com isso, já existe uma lista de elementos patrimoniais designados (tangíveis e intangíveis) que são particularmente representativos do bairro e significativos para a sua comunidade (*Écomusée du Fier Monde*, c2025).



**Figura 2. Registro de equipamentos relativos à rotina da classe trabalhadora.**Fonte: Arquivo pessoal, 9 jun. 2024.



**Figura 3. Registro de roupas e utensílios dos trabalhadores.**Fonte: Arquivo pessoal, 9 jun. 2024.

Destaca-se que uma coleção de ecomuseu, seguindo esta concepção, possui, entre outras características, elementos patrimoniais materiais e imateriais que testemunham a cultura da comunidade na construção da sua identidade, bem como a responsabilidade partilhada do ecomuseu com outros atores locais em relação a aspectos do patrimônio.

Apesar do extenso trabalho desde a década de 1980, recebendo reconhecimento e alguns prêmios durante a sua trajetória, somente em 1996 o Ministério da Cultura do Canadá tornou esse ecomuseu uma instituição cultural totalmente credenciada, quando então mudou-se para o atual edifício onde está instalado. Essa discussão sobre a legitimação de uma nova ideia, estabelecendo uma discussão sistemática sobre o termo “ecomuseu” em âmbito nacional, ainda está presente no campo museológico.

## **A perspectiva de Saskatchewan sobre “museus sem parede”**

De acordo com um relatório preparado em conjunto pela Associação de Museus de Saskatchewan (MAS), pelo órgão do Patrimônio de Saskatchewan (HS) e pela Iniciativa de Ecomuseus de Saskatchewan (SEI), em 2015 os ecomuseus são uma das muitas formas pelas quais os museus evoluem e se adaptam às necessidades das suas comunidades, um exemplo claro de como uma comunidade pode demonstrar o seu patrimônio (Heritage Saskatchewan, 2015).

Com o surgimento de ecomuseus na Europa, a comunidade museológica em Saskatchewan reconheceu o movimento da Nova Museologia, no entanto, os primeiros ecomuseus no Canadá não se desenvolveram nessa província. Com isso, a Iniciativa de Ecomuseus de Saskatchewan foi formada em 2012 e o órgão do Patrimônio de Saskatchewan impulsionou pesquisas sobre o tema, sob a direção do Royal Saskatchewan Museum. Juntos, adotaram um modelo de ecomuseu a partir de uma perspectiva de Saskatchewan e elaboraram a seguinte definição:

An ecomuseum is a community museum that provides a unique mechanism for community engagement, in which community members work to preserve and learn from tangible and intangible heritage in its living form. Through community consultations, stakeholders agree on natural and cultural assets that they value and create plans to ensure they are preserved and used to foster a culture of sustainability. Unlike a traditional museum, ecomuseums do not necessarily gather objects in a museum facility. Instead, they enable communities to preserve valued objects, sites, and cultural practices where they exist, enhancing their visibility and the contributions they make to community development activities (Heritage Saskatchewan, 2015).<sup>18</sup>

Essas palavras ressaltam a ideia em torno dos museus comunitários, principalmente quanto à gestão por residentes, dos quais dependem suas atividades e resultados. Reiteram também a visão do ecomuseu em preservar e interpretar os bens patrimoniais, trabalhando para aplicar esse conhecimento ao abordar questões de desenvolvimento local com foco na sustentabilidade.

Assim, vários projetos museológicos com esta temática começaram a avançar, como o Prairie Wind & Silver Sage - Friends of Grasslands, o Regina Ecomuseum, o Calling Lakes Ecomuseum e o White Butte Ecomuseum. Na próxima seção deste artigo, apresenta-se um desses exemplos mais detidamente.

O Royal Saskatchewan Museum, localizado em Regina, capital da província, no centro-oeste do país, está situado no território do Tratado 4, um território ancestral e tradicional dos Cree, Saulteaux, Dakota, Nakota, Lakota e a terra natal da Nação Métis. Nesse sentido, a comunidade museológica reforça o reconhecimento dessas terras em ato de reconciliação com aqueles em cujos territórios tradicionais estão.

---

<sup>18</sup> Tradução livre produzida pelos autores (2024): Um ecomuseu é um museu comunitário que proporciona um mecanismo único de envolvimento da comunidade, no qual os membros da comunidade trabalham para preservar e aprender com o patrimônio tangível e intangível na sua forma viva. Através de consultas à comunidade, as partes interessadas chegam a um acordo sobre os bens naturais e culturais que valorizam, e criam planos para garantir a sua preservação e utilização para promover uma cultura de sustentabilidade. Ao contrário de um museu tradicional, os ecomuseus não reúnem necessariamente objetos numa instalação museológica. Em vez disso, permitem que as comunidades preservem objetos, locais e práticas culturais valiosos onde eles existem, aumentando a sua visibilidade e suas contribuições para as atividades de desenvolvimento da comunidade.

Trata-se de um museu formado em 1906, como Museu Provincial de História Natural, que estuda e interpreta a história natural e geológica e a história das Primeiras Nações de Saskatchewan, inspirando a apreciação e compreensão do patrimônio natural e cultural desse local. Segundo a própria instituição, o museu está dividido em quatro grandes áreas de estudos: Estudos Indígenas (trabalha na preservação dos objetos indígenas de Saskatchewan); Biologia (promove a compreensão científica e a apreciação pública das plantas e animais que compõem os diversos ecossistemas de Saskatchewan); Paleontologia (pesquisa os fósseis a fim de entender como evoluíram ao longo do tempo); e Sustentabilidade (envolve planejar o futuro, analisar as gerações anteriores e a forma como se adaptaram). Notadamente, um discurso baseado na normatividade.

Dito isso, salienta-se que o Royal Saskatchewan Museum não é um ecomuseu. É o primeiro museu da província e possui uma designação real concedida pela rainha Elizabeth II. Talvez pela sua historicidade, relevância e visibilidade perante a província e a obtenção de financiamentos, o museu conseguiu coordenar um projeto para a implantação de ecomuseus em Saskatchewan na década de 2010.

Como parte de um programa de pesquisa em ecologia humana, essa instituição explorou o potencial dos ecomuseus por meio de discussões e desenvolvimento de conceitos a nível provincial. Como órgão de coordenação provincial, a Iniciativa de Ecomuseus de Saskatchewan fornece orientação a diversos organismos com interesse nessa área. Logo, várias comunidades tiveram interesse sobre este tipo diferente de museu comunitário e exploraram o seu potencial como locais “museais”.

Destaca-se que, há dezessete anos, Glen Sutter<sup>19</sup> é curador no Royal Saskatchewan Museum na seção de Ecologia Humana e interessa-se pela educação para o desenvolvimento sustentável, com ênfase no envolvimento comunitário. Trata-se de um campo muito específico que começou no Canadá no final dos anos 1990, quando o museu trabalhava dedicado aos problemas ecológicos humanos

<sup>19</sup> Sutter é acadêmico, curador e especialista em Museologia. Sua atuação está alinhada com movimentos que buscam repensar o papel dos museus e a forma como as coleções são apresentadas e interpretadas.

- à época, poucas instituições ofereciam espaço para refletir e trabalhar sobre este aspecto (Royal Saskatchewan Museum, c2025).

Compreende-se os “museus sem paredes” da província de Saskatchewan, metaforicamente, como um espelho onde as pessoas podem se ver, interagir e refletir juntas - enquanto característica da nossa espécie. Os ecomuseus da região reforçam que não se referem apenas aos objetos e, apesar de ser importante a atividade da recolha, é preciso focar em experiências nas quais as pessoas se empoderam.

## **Conhecendo o Prairie Wind & Silver Sage - Friends of Grasslands (PWSS)**

Esse museu localiza-se em Val Marie, uma pequena vila que está a poucos quilômetros da fronteira entre o Canadá e os Estados Unidos, no sudoeste da província de Saskatchewan, cuja dimensão abarca muitas e distintas regiões ecológicas que abrigam milhares de espécies, sendo também a entrada para o Parque Nacional Grasslands. Esta região era considerada pertencente aos Estados Unidos. Somente na década de 1880, a Comissão Britânica de Fronteiras da América do Norte marcou as fronteiras entre os dois países e Val Marie foi colocada em território canadense. Hoje, possui poucos habitantes, mas sua população aumenta nos meses de verão com a chegada de turistas e residentes sazonais.

O Prairie Winds & Silver Sage começou como um pequeno museu localizado na escola de Val Marie, redesenhado em 2012, quando a comunidade local decidiu mudar sua marca, adotou a designação ecomuseu e recebeu um financiamento da SaskCulture (organização cultural provincial sem fins lucrativos dirigida pela comunidade desde 1997). Durante o processo de *rebranding* [res-significação] do museu, a organização contou com uma assessoria para determinar o que é mais importante e interessante sobre Val Marie, a área para compartilhar com os visitantes e a comunidade. Após ser reconhecido como ecomuseu, passou a fazer parte da Saskatchewan Ecomuseums Initiative, cujo comitê diretor é presidido pelo Dr. Glenn Sutter (Prairie Wind & Silver Sage, c2025).

De acordo com o site do próprio ecomuseu, trata-se de um trabalho (ainda) em andamento que busca conservar a paisagem típica da região, a cultura das pradarias e sua história natural – uma vez que a instituição se propõe a trabalhar com os temas de paisagem, vida selvagem, pecuária e céus noturnos incríveis. Então, a nova exposição foi concebida a partir desses quatro elementos.

As coleções contam a história de Val Marie e do Parque Nacional Grasslands por meio de diversos itens: chapéus de vaqueiro, selas de couro, livros-ata, máquina de escrever, espécies indígenas de gramíneas e flores (os Jardins da Pradaria) e paisagens da região. No entanto, apesar da nova denominação, o museu ainda adota um discurso normativo, permanecendo preso ao acervo.

Ainda, há espaço para uma galeria de arte (The Cloakroom Art Gallery), que apresenta exposições anuais de artistas locais e regionais, muitos deles com uma conexão única com a província, e que retratam diferentes perspectivas sobre a vegetação típica do local (as pradarias, essenciais para o desenvolvimento de uma economia agrícola no país).

Operado por um pequeno conselho, o primeiro projeto desse museu envolveu a renovação de exposições com a finalidade de destacar histórias locais e o patrimônio natural e cultural. Eles também organizaram uma recepção para a renomada autora Margaret Atwood e iniciaram um programa de residência artística para incentivar a discussão e a reflexão sobre a cidade.

Dessa forma, o museu atribui novos significados ao seu papel, principalmente ao focar no respeito ao patrimônio (paisagens vivas), identificar o que é válido para a comunidade e a buscar alternativas de preservação.

## Considerações finais

Com este artigo, pretendemos contribuir para a ampliação do conhecimento sobre os ecomuseus canadenses, os quais possuem como referência primordial a experiência de Haute-Beauce (1984, Quebec, Canadá). Partilhamos com Hugues de Varine e Pierre Mayrand o sentimento de que não existe um modelo universal de ecomuseu.

Diversas experiências e os princípios de ação fundamentais podem servir de referência, de comparação e estimular outras experiências, conforme verifica-se ao longo do texto. Trata-se de uma discussão relevante no contexto da Nova Museologia e enfatiza a importância da Declaração de Quebec, cujos quarenta anos foram celebrados em 2024.

Observa-se que, nos dois estudos de caso apresentados, o escopo dos ecomuseus ultrapassa os bens tangíveis como objetos e edifícios, e incluem aspectos do patrimônio imaterial, como personagens, músicas e tradições. O envolvimento dos museus com a comunidade evidencia o potencial transformador da participação popular, pois integra os membros da sociedade nas atividades e decisões museológicas, fortalecendo o vínculo entre o patrimônio cultural e as pessoas. Ou seja, ambos encorajam abordagens mais holísticas, despertam a curiosidade, incentivam a aprendizagem e permitem uma melhor adaptação cultural da sociedade. Com efeito, fortalecem o tecido social com as características e qualidades do lugar como contexto. A perspectiva de Saskatchewan sinaliza que “museus sem paredes” é uma organização mais fluída e flexível, porque seus ativos continuam “a viver” onde existem de fato e, por isso, há pouca necessidade de investimento de capital.

Apesar da aparente contradição com a realidade, essa ideia posta em questão está em conformidade com a ascensão da filantropia nos países ocidentais, que lançam múltiplos artifícios para reduzir gastos, terceirizando serviços e encorajando a caridade privada. Deste modo, países como Canadá, França e Reino Unido seguem esse caminho, onde a contração da dívida pública desses Estados nos últimos anos faz a filantropia parecer indispensável para aliviar a “carga” do bem-estar social para a população. O enraizamento dessa cultura pode ser compreendido por diversos fatores, a partir da imbricação entre religião e caridade, entendidas como práticas culturais e o próprio neoliberalismo. Porém, com a atuação desse “setor” de caridade, as clivagens produzidas pelas desigualdades ficam ainda mais evidentes, afinal, não há um imperativo de redistribuição para aqueles que “cooperam entre si para o bem público”.

A realidade do contexto museológico canadense condiz com a premissa anterior. Percebe-se que o governo federal aposta cada vez mais no investimento privado para garantir ações que deve-

riam partir do interesse público, inclusive serviços considerados “não essenciais” – como os museus que deveriam estar à serviço da sociedade, mas sobretudo das comunidades. Assim, não é difícil observar que, nas instituições que mais recebem visitantes do país, como o Museu de História Canadense (Gatineau/Ottawa) e o Museu de Belas Artes de Montreal, há um reforço da ideia de *donations* [doações] feitas por empresas e pela população.

Além disso, constatou-se que há menos interesse agora no programa de ecomuseus em Saskatchewan – em parte porque as pessoas que estavam interessadas nele e faziam parte da Museums Association of Saskatchewan se aposentaram ou se mudaram. Portanto, faz-se necessário refletir sobre de que maneira é possível fortalecer essas redes museológicas associativas, a fim de não interromper o desenvolvimento de trabalhos na área sem normalizá-los, burocratizá-los ou hierarquizá-los.

Com relação aos paradigmas da Nova Museologia, os estudos de caso demonstram que ela possui uma base ampla para abordar questões e reunir diferentes grupos em torno de um mesmo interesse, aumentando o perfil dos bens “patrimonializáveis” localmente. Apesar de algumas variações, os ecomuseus compartilham de uma série de características comuns e sua implementação resulta de uma correlação de forças políticas e culturais.

No contexto canadense, confirma-se a posição de destaque atribuída ao Quebec. Digno de nota, é a posição do *Écomusée du fier monde*, mais especificamente quanto à sua abordagem de colecionar, capaz de desencadear intercâmbios com vários ecomuseus em todo mundo, como na França e na Itália. Seu acervo testemunha a história do bairro, a história do trabalho e da indústria, e mesmo a cultura popular.

Quanto ao Royal Museum Saskatchewan, embora pertencente a uma categorização mais normativa de museus, a instituição inova ao se dedicar à investigação sobre o papel que os museus e os patrimônios da província podem desempenhar no desenvolvimento comunitário e na educação para a sustentabilidade, subsidiando um centro de discussão a respeito dos ecomuseus existentes na província de Saskatchewan. Aqui, a curadoria exercida por

Sutter propõe ecomuseus como um mecanismo que traz conexões sociais, onde a comunidade cria maior afeição ao lugar ao identificar alguma relação com ele.

Por fim, é importante expandir as perspectivas a respeito da Nova Museologia na América do Norte, a fim de observarmos as complexidades e a incorporação feita pelo Canadá sobre essa teoria. Nos 40 anos da Declaração de Quebec, faz-se uma leitura crítica de como esse movimento propõe uma nova relação com o patrimônio e com os problemas da comunidade, auxiliando na criação do bem-estar social.

Com este artigo, promove-se o diálogo entre o contexto, as comunidades e alguns dos principais pressupostos da Nova Museologia. Os estudos de caso apresentados no Canadá francófono e anglófono, respectivamente, evidenciaram as diversas influências e adaptações feitas pelos ecomuseus. Assim, percebem-se as dinâmicas dessa corrente museológica hoje, ainda debatida e analisada por pesquisadores.

## Referências

- BINETTE, René. La contribution des institutions muséales a capital social: cas de l'Écomusée du fier monde (Montréal, Canada). In: URTZBEREA, Iñaki Arrieta (coord.). *Activaciones patrimoniales e iniciativas museísticas: por quién? para qué?*. Biscaia, País Basco: Argitalpen, 2008.
- BINETTE, René. The concept of ecomuseum collection. In: RIVA, Raffaella (ed.). *Ecomuseums and cultural landscapes: state of the art and future prospects*. Milão: Maggioli Editore, p. 71-77, 2017. Disponível em: [https://www.sitda.net/downloads/biblioteca/Riva\\_Ecomuseums\\_ebook.pdf](https://www.sitda.net/downloads/biblioteca/Riva_Ecomuseums_ebook.pdf). Acesso em: 12 jan. 2025.
- BRULON, Bruno. Os mitos do ecomuseu: entre a representação e a realidade dos museus comunitários. *MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia*, v. 1, nº 6, p. 30-47, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/revista-musas/revista-musas-n6>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- BRULON, Bruno. A invenção do ecomuseu: o caso do Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines e a prática da museologia experimental. *MANA - Estudos de Antropologia Social*, v. 21, n. 2, p. 267-295, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p267>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/6h57Sc-Q68skw5dZVV6fLBxQ/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- CANADA. [Homepage]. *Canada.ca*, 7 jan. 2025. Disponível em: <https://canada.ca/en>. Acesso em: 11 jan. 2025.

- CANADA. Reference maps. *Natural Resources*, c2025. Disponível em: <https://natural-resources.canada.ca/earth-sciences/geography/atlas-canada/explore-our-maps/reference-maps/16846>. Acesso em: 11 jan. 2025.
- COMMONWEALTH SECRETARIAT. About us. *The Commonwealth*, c2025. Disponível em: <https://thecommonwealth.org/about-us>. Acesso em: 11 jan. 2025.
- ÉCOMUSÉE DU FIER MONDE. Éléments patrimoniaux désignés. *Écomusée du fier monde*, Montréal, c2025. Disponível em: <https://ecomusee.qc.ca/collections/elements-patrimoniaux-designes/>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- GRAEBIN, Cleusa. Museus canadenses e brasileiros: comparando experiências e perspectivas de patrimonialização e promoção de cidadania cultural. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABECAN, 11., 2011, Salvador. *Anais [...]* Salvador: EDUFBA; ABECAN, 2011.
- GRAEBIN, Cleusa. Museus canadenses e brasileiros: comparando experiências e perspectivas de patrimonialização e promoção de cidadania cultural. *Revista Interfaces Brasil/Canadá*, Pelotas, v. 12, n. 1, dez., p. 149-168, 2015. DOI: <https://doi.org/10.15210/interfaces.v12i1.7209>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/interfaces/article/view/7209>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- HARVEY, Fernand. *Chronologie de l'action du gouvernement du Québec dans le domaine culturel - 1867-2011*. Québec: Institut National de la Recherche Scientifique; Centre Urbanisation Culture Société, 2011. Disponível em: <https://www.mcc.gouv.qc.ca/fileadmin/documents/publications/ChronologieCulturelle.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- HERITAGE SASKATCHEWAN. *Ecomuseum concept: a Saskatchewan perspective on "Museums without walls"*. [s. l.]: Heritage Saskatchewan; Museums Association of Saskatchewan, 2015. Disponível em: [https://saskmuseums.org/wp-content/uploads/2023/01/FINAL\\_Web\\_Ecomuseums\\_Report.pdf](https://saskmuseums.org/wp-content/uploads/2023/01/FINAL_Web_Ecomuseums_Report.pdf). Acesso em: 12 jan. 2025.
- KETT, Molly. A museum model to celebrate places, communities and cultures. *Canadian Museums Association*, set./out. 2016. Disponível em: [https://www.museums.ca/site/report\\_museum\\_model](https://www.museums.ca/site/report_museum_model). Acesso em: 12 jan. 2025.
- MAYRAND, Pierre. Estudo, reflexão e balanço do trajecto do Ecomuseu de Haute-Beauce. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 22, n. 22, p. 51-66, 2004.
- MORTON, Desmond. *A short history of Canada*. 6. ed. Toronto: Mc Clelland & Stewart, 2006.
- MOUTINHO, Mário. Declaração de Quebec: princípios de base de uma Nova Museologia 1984. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 15, p. 223-225, 1999.
- PRAIRIE WIND & SILVER SAGE. [Homepage]. *PWSS.org*, Val Marie, c2025. Disponível em: <https://pwss.org/>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- PRIMO, Judite. Pensar contemporaneamente a museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 16, 1999.
- PRIMO, Judite. Documentos básicos de museologia: principais conceitos. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 28, n. 28, 2007.
- QUÉBEC. Charte de la langue française. *Publications Québec*, 1 oct. 2024. Disponível em: <https://www.legisquebec.gouv.qc.ca/fr/document/lc/C-11>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- QUÉBEC. [Page d'Accueil]. *Institut de la Statistique*, c2024. Disponível em: <https://statistique.quebec.ca/fr>. Acesso em: 24 jun. 2024.
- QUÉBEC. [Page d'Accueil]. *Office québécois de la langue française*, c2025. Disponível em: <https://www.oqlf.gouv.qc.ca/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

ROYAL SASKATCHEWAN MUSEUM. Glenn Sutter. *Royal Saskatchewan Museum*, c2025. Disponível em: <https://royalsaskmuseum.ca/research/sustainability/glenn-sutter#Projects>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SAINT-PIERRE, Diane; GATTINGER, Monica. *Les politiques culturelles provinciales et territoriales du Canada*. Quebec: Les Presses de l'Université Laval, 2011.

SANTOS, Josciene. *Políticas culturais do Quebec: prioridades e desafios*. 2009. 119 f. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SOARES, Leonardo Barros. Alianças, trações e reconciliação: um panorama histórico da atual política de reconhecimento territorial indígena no Canadá. *Revista Interfaces Brasil/Canadá*, Florianópolis/Pelotas/São Paulo, v. 22, p. 1-27, e22.06, p. 1-4, 2022.

UNIVERSITÉ DE SAINT-BONIFACE. 1961 Création du Service du Canada français d'outre-frontières. Québec, [1961]. Disponível em: <https://sites.ustboniface.ca/francoidentitaire/quebec/texte/T3258.htm>. Acesso em: 12 jan. 2025.

VARINE, Hugues de. L'Écomusée. *Gazette*, v. 1, n. 2, p. 29-40, 1978.

---

Larissa Saldanha Oliveira | Doutoranda em Sociomuseologia pela Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, com bolsa da Cátedra Unesco – “Educação, Cidadania e Diversidade Cultural”. É mestra em Museologia (2021), bacharel em Sociologia (2017) e licenciada em Ciências Sociais (2012) pela Universidade Federal da Bahia. Email: larissaemcontato@yahoo.com.br | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8450-4825>.

Adel Igor Pausini | Doutor em Museologia e professor do Departamento de Museologia da Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa. É investigador associado da Cátedra Unesco – “Educação, Cidadania e Diversidade Cultural” e do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED). E-mail: adel.pausini@ulusofona.pt | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7969-5495>.

<< Voltar ao início